

ÍNDICE

PREFÁCIO	1
AGRADECIMENTOS	5
LISTA DE ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	9
Enquadramento temático	9
Pertinência do tema e metodologia adotada	10
CAPÍTULO I – DIREITO CONTRAORDENACIONAL E DIREITO PENAL	13
1. Antecedentes históricos e jus-filosóficos do Direito das Contraordenações	13
2. As novas concepções de <i>Estado</i> e de <i>Homem</i> : suas influências na génese do “Direito Penal de Ordem”	20
3. Os primeiros critérios de distinção entre o Direito Criminal e o “Direito Administrativo Penal”: de Goldschmidt a Wolf	21
4. O problema da conceptualização das contraordenações a partir do critério da neutralidade ética do ilícito	29
5. Soluções alternativas avançadas pela doutrina	31
5.1. O desenvolvimento de critérios quantitativos ou formais	31
5.2. O desenvolvimento de critérios qualitativos alternativos e o subsequente espaço conferido às teorias ecléticas	34
5.2.1. O conteúdo ético da conduta como critério material primário e o critério quantitativo como critério complementar	34

5.2.2. O critério da dignidade penal do ilícito e (novamente) a intervenção do princípio da subsidiariedade da lei penal	40
CAPÍTULO II – O DIREITO CONTRAORDENACIONAL TRIBUTÁRIO E O (IN)CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
1. A regularização da situação tributária: primeira aproximação dos seus efeitos na redução, atenuação ou dispensa das coimas	45
2. O “dano” resultante da prática de ilícitos contraordenacionais tributários	50
3. A relação jurídica tributária	51
3.1. Pertinência do estudo da relação jurídica tributária para a densificação do conceito de “regularização da situação tributária”	51
3.2. Caracterização da relação jurídica tributária	52
3.3. O objeto da relação jurídica tributária (e a crescente importância das obrigações de natureza acessória)	56
3.3.1. Vínculo primário ou principal	56
3.3.2. Vínculos secundários ou acessórios	58
4. As obrigações tributárias acessórias e o conceito de “obrigado tributário”	64
4.1. Obrigações acessórias de colaboração exigidas ao sujeito passivo da relação jurídica tributária	65
4.2. Obrigações acessórias de colaboração exigidas a entidades terceiras à relação jurídica tributária principal	69
5. Complexo garantístico do direito de crédito tributário (em especial, o papel do Direito Infracional Tributário)	73
5.1. Mecanismos que visam a garantia do cumprimento das obrigações tributárias numa fase pré-patológica	74
5.2. Mecanismos que visam a garantia do cumprimento das obrigações tributárias numa fase patológica	76
5.2.1. De natureza executiva	76
5.2.2. De natureza sancionatória	77

CAPÍTULO III – AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS: SEU SENTIDO E FUNDAMENTO	83
1. Finalidades das sanções aplicadas em virtude da prática de infrações tributárias	83
1.1. Crimes tributários e finalidades do seu regime punitivo	83
1.2. Contraordenações tributárias: antevisão das finalidades inerentes à aplicação de coimas	88
2. O conteúdo ético das condutas no domínio das contraordenações tributárias	90
3. Argumentos em prol de uma dimensão ética: sentido e alcance da nossa posição	91
 CAPÍTULO IV – O PROCEDIMENTO CONTRAORDENACIONAL TRIBUTÁRIO	 101
1. Importância do estudo dos instrumentos legais de redução da coima numa lógica procedimental	103
2. Fase da iniciativa ou de impulso procedimental	104
3. Fase instrutória e de investigação: problemáticas em torno do auto de notícia	105
4. Direito de audição e defesa do infrator	110
5. Fase decisória	114
6. Fase integrativa da eficácia	122
7. A impugnação do ato administrativo decisório em sede contraordenacional tributária (recurso das decisões sancionatórias)	125
8. Reflexões em torno da principiologia aplicável ao procedimento contraordenacional tributário	131
8.1. O princípio da legalidade em sede contraordenacional tributária	131
8.2. A especial proeminência dos princípios da legalidade e da oficialidade	134
8.3. Previsão de espaços de oportunidade administrativa	140
8.4. Tensões entre os princípios da participação e do contraditório e o princípio da oportunidade administrativa	142

CAPÍTULO V – INSTRUMENTOS LEGAIS QUE PERMITEM A REDUÇÃO, A ATENUAÇÃO OU A DISPENSA DA COIMA		145
1.	Regularização da situação tributária	145
2.	Violação negligente do segredo fiscal: impossibilidade de regularização da “situação tributária”	151
3.	O direito à redução das coimas (artigo 29º do RGIT)	153
3.1.	Direito à redução nos 30 dias posteriores à prática da contraordenação	159
3.2.	Direito à redução decorridos mais de 30 dias após a prática da contraordenação	163
3.3.	Direito à redução da coima requerido até ao termo do procedimento de inspeção tributária	164
3.4.	Incumprimento dos requisitos legais atinentes ao direito à redução da coima	168
3.5.	Impugnabilidade do ato de indeferimento do pedido de redução da coima	169
3.6.	O nº 4 do artigo 29º do RGIT: importância da sua análise em sede da dispensa da coima	172
4.	A dispensa da coima (nº 1 do artigo 32º do RGIT)	173
4.1.	Pressupostos legais para a dispensa da coima, atendendo ao seu regime geral	174
4.1.1.	Diminuto grau de culpa do infrator	175
4.1.2.	Regularização da falta cometida	179
4.1.3.	Não verificação de prejuízo efetivo para a receita tributária com a prática da contraordenação	180
4.2.	Outras possibilidades de dispensa da coima previstas avulsamente no RGIT	186
4.2.1.	O nº 4 do artigo 29º do RGIT	186
4.2.2.	O nº 6 do artigo 119º do RGIT	190
5.	Atenuação especial da coima (nº 2 do artigo 32º do RGIT)	192
5.3.	Requisitos legais atinentes à atenuação especial da coima	193
5.3.3.	Regularização da situação tributária (breves notas)	193
5.3.4.	Reconhecimento da responsabilidade por parte do infrator	195

6.	Pagamento antecipado da coima (artigo 75º do RGIT)	199
7.	Pagamento voluntário da coima (artigo 78º do RGIT)	207
7.1.	Evolução do pagamento voluntário da coima na legislação contraordenacional tributária	208
7.1.1.	Regime legal do pagamento voluntário da coima no anterior Código de Processo Tributário	208
7.1.2.	Regime legal do pagamento voluntário da coima no Regime Geral das Infrações Tributárias	210
7.2.	Dúvidas em torno da clareza do regime atinente ao pagamento voluntário da coima	215
8.	Da possibilidade do proferimento de uma admoestação (artigo 51º do RGCO)	224
8.3.	A admoestação no âmbito do Direito Contraordenacional	226
8.4.	A admoestação como sanção substitutiva da coima no Direito Contraordenacional Tributário	228
8.5.	Impugnabilidade da sanção de admoestação no Direito Contraordenacional Tributário	235
9.	Dimensões do princípio da colaboração dos obrigados tributários faltosos no Direito Contraordenacional Tributário	239
9.1.	Colaboração enquanto <i>dever</i> ou enquanto <i>faculdade</i>	240
9.2.	Manifestações do princípio da colaboração dos infratores na redução e na dispensa da coima aplicável	241

CAPÍTULO VI – ANÁLISE JUS-COMPARATÍSTICA DOS INSTRUMENTOS LEGAIS QUE PERMITEM A REDUÇÃO OU A DISPENSA DE COIMAS		247
1.	O Direito Administrativo Sancionador espanhol	247
1.1.	Introdução	247
1.2.	Impugnabilidade do ato sancionatório aplicado pelo órgão administrativo (breves notas)	251
2.	O Direito Infracional Tributário no ordenamento jurídico espanhol	252
2.1.	Introdução	252
2.2.	As sanções no Direito Administrativo Sancionatório espanhol em matéria tributária	255

2.3. Procedimento administrativo-sancionatório de natureza tributária	256
2.4. Instrumentos legais que permitem a redução da sanção administrativo-tributária de natureza pecuniária	259
2.5. Impugnabilidade do ato administrativo sancionatório em matéria tributária	263
3. O Direito Infracional Tributário no ordenamento jurídico italiano	264
3.1. Introdução	264
3.2. Procedimento administrativo-sancionatório em matéria tributária	268
3.3. Instrumentos legais que permitem a redução da sanção aplicável	270
3.3.1. “Ravvedimento”	270
3.3.2. “Definizione agevolata”	272
3.3.3. Redução da sanção aplicável com base no princípio da proporcionalidade	273
3.4. Impugnação do ato administrativo sancionatório em matéria tributária	274
SÚMULA CONCLUSIVA	277
BIBLIOGRAFIA	291
ÍNDICE	303